

A Negra no Futebol Brasileiro¹

Mariane da Silva Pisan²

Introdução

Antes de iniciar a reflexão que se pretende desenvolver, faz-se necessário apresentar – mesmo que de maneira breve – a trajetória pessoal da autora que agora escreve a fim de contextualizar os(as) leitores(as) nos meandros deste texto.

A primeira vez que participei de um evento científico – ainda enquanto aluna de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina – foi na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada na cidade de Belém, Pará, no ano de 2010. Naquela época, mesmo sem saber, era acolhida em uma rede (nacional e internacional) de pesquisadores e pesquisadoras que já existia há, pelo menos, dez longos anos. Sob o nome de *Antropologia do esporte*³: *abordagens teórico-metodológicas do estudo das práticas esportivas*, aquele Grupo de Trabalho (GT) me recebia pela primeira vez para apresentação de uma pesquisa⁴. Eram os primeiros passos que dava no mundo dos congressos científicos e redes acadêmicas de troca e – por que não?! – de afetos.

1 O tema da etnicidade apareceu pela primeira vez no GT de Antropologia dos Esportes na 22ª RBA (2000) por meio do trabalho de Arlei Damo, *Raça e classe social na rivalidade Gre-Nal*.

2 Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) que financiou esta pesquisa, inicialmente enquanto tese de doutorado em Antropologia Social e que agora se desdobra em artigo.

3 Cabe dizer que o termo “Antropologia dos Esportes” não é um consenso entre todos(as) os (as) antropólogos(as) participantes da nossa rede nacional e internacional de trabalho. Porém isso é uma discussão para outro artigo.

4 O trabalho em questão era *Outsiders e estabelecidos: a representação estrangeira dos jogadores de futebol brasileiros que atuam no exterior*, fruto de uma extensa pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida, desde o ano de 2007, sob orientação da professora Dr.^a Carmen Rial.

De 2010 até o presente momento, foram dez anos participando – anualmente – dos encontros dessa rede que buscou – desde o seu início – privilegiar o debate antropológico a partir de diferentes práticas esportivas e de lazer. A cada ano em que participei do Grupos de Trabalho, pude perceber o quanto a rede cresceu: tanto em número de participantes (uma vez que sempre buscamos acolher novos(as) antropólogos(as)), quanto em qualidade, refletida nos trabalhos apresentados. Ao me referir à qualidade dos trabalhos apresentados quero ressaltar, sobretudo, o processo de amadurecimento da rede – como um coletivo de pesquisadores(as) –, bem como enfatizar a consolidação da temática esportiva nas discussões antropológicas em âmbito nacional e internacional.

Os trabalhos foram consolidados! A nossa rede de discussões antropológicas sobre as práticas esportivas e de lazer orgulhosamente apresenta neste livro as principais temáticas discutidas⁵ ao longo dos últimos vinte anos de existência. O presente livro – intitulado *Vinte Anos de Diálogos: Os esportes na Antropologia Brasileira* – nasce a partir da ideia coletiva de resgatar os principais pontos que foram debatidos nas últimas duas décadas nos grupos de trabalho das últimas Reuniões Brasileiras de Antropologia (RBA) e nas Reuniões de Antropologia do Mercosul (RAM).

A parte que me cabe, portanto, é apresentar uma breve reflexão sobre como as **relações étnico-raciais** aparecem inseridas nas práticas esportivas e/ou de lazer. É preciso advertir, contudo, que o objetivo deste artigo não é o de realizar um levantamento histórico sobre todos os trabalhos que foram apresentados nas últimas RBAs e nas RAMs que versaram sobre a temática. O nosso objetivo aqui é demonstrar como esse marcador social da diferença é uma categoria extremamente relevante e atual para o lugar da mulher negra no espaço esportivo brasileiro, especificamente no futebol. O futebol praticado por mulheres, por sua vez, é a temática sobre a qual pesquiso e estudo desde 2011 (PISANI, 2012; PISANI, 2018), explica-se, portanto, a escolha de abordar as relações étnico-raciais dessa perspectiva.

5 Por vezes de maneira bastante calorosa e até clubística!

Raça, relações étnico-raciais e etnicidade: categorias de análise das Ciências Sociais

Antes de apresentar nosso contexto de pesquisa e discussão antropológica e teórica, é preciso contextualizar que a categoria analítica de raça, bem como a categoria relações étnico-raciais, é bastante controversa e carece de compreensão histórica a respeito da sua formulação.

Autores como Peter Fry (2005), Lilia Schwarcz (1993) e Kabenguele Munanga (2003) nos falam que a origem do termo raça, como conhecemos hoje, foi consolidado no final do século XVIII e início do século XIX, com o racismo científico. Os autores resgatam – ao longo de diversos trabalhos – como Arthur Gobineau propôs a existência de três raças: branca (caucasiana), negra (negroide) e amarela (mongoloides). Para Gobineau, os brancos seriam superiores em termos de inteligência, moral e força de vontade; já os negros e amarelos seriam inferiores, amorais e instáveis emocionalmente. O racismo científico foi uma corrente teórica que justificou o imperialismo e o colonialismo europeu, uma vez que se acreditava que haveria superioridade entre raças.

A categoria de “raça” – assim como outras categorias analíticas como gênero ou sexualidade – precisa ser compreendida a partir de uma perspectiva histórica, social e cultural. A antropóloga Verena Stolcke nos fala que o conceito de “raça” foi considerado por muito tempo um dado “natural” e biológico inscrito nos corpos humanos (STOLCKE, 1991). O conceito de “raça” era utilizado para diferenciar e separar as pessoas a partir de características biológicas e corporais pensadas como naturais, por exemplo: formato dos cabelos (lisos ou crespos), cor da pele (branca ou negra), cor dos olhos (claros ou escuros), formato do nariz (fino ou largo), formato do crânio, dentre outras características. As “diferenças raciais” ou as “diferenças de cor”, portanto, foram ancoradas inicialmente em noções sobre o que se considerava – ou não – um corpo branco, sendo o homem europeu geralmente o modelo referencial para as comparações. Essas diferenças, historicamente marcadas ao longo do tempo, constituíram-se enquanto produtoras de noções e relações de poder.

Contudo, Verena Stolcke, revisando outros autores, reafirma a importância de desvincular a concepção da categoria "raça" do plano biológico e, por consequência, amenizar os racismos que vêm com a utilização do conceito. Ela percebe que, numa certa medida, alguns autores propõem que no lugar de "raça" use-se o conceito de etnicidade. Segundo a autora, tanto a categoria de raça quanto a de etnicidade devem ser compreendidas nos contextos de dominação em que são significados; logo, ao utilizar-se do conceito de etnicidade faz-se a tentativa de minimizar as discriminações e exclusões antes calcadas e ideologicamente justificadas em uma herança genética e/ou racial (STOLCKE, 1991).

Podemos afirmar que nas Ciências Sociais o conceito de raça foi superado na medida em que se sabe que não existem separações estanques entre pessoas que não pertencem aos mesmos "grupos raciais". Mesmo assim, o conceito de raça ainda é utilizado por autores das Ciências Sociais uma vez que o racismo, a violência e a discriminação racial – ainda existentes na sociedade brasileira – apoiam-se na noção de raça para existirem. Segundo Nogueira, Felipe e Teruya (2008), o uso da categoria "raça" pode ser encarado atualmente como uma forma de posicionamento político para informar e salientar determinadas características físicas como a cor da pele ou mesmo o tipo de cabelo. Essas características, por sua vez, interferem e até determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. Assim, "o conceito de raça ao ser usado com conotação política permite, por exemplo, aos negros valorizar as características que os diferem das outras populações e romper com as teorias raciais que foram formuladas no século XIX e até hoje permeiam o imaginário popular" (NOGUEIRA; FELIPE; TERUYA, 2008, p. 4).

Assim, compreendida como construção histórica e cultural, a categoria pode ser usada – a depender do seu contexto – enquanto instrumento político de afirmação de identidade.

O negro no futebol brasileiro: as relações étnico-raciais no contexto esportivo na perspectiva do jornalista Mário Rodrigues Filho

O livro do cronista e jornalista Mário Rodrigues Filho, intitulado *O negro no Futebol Brasileiro*, realizou na década de 1960 um resgate de histórias e relatos sobre a consolidação do homem negro nessa prática esportiva. Até meados da década de 1920, o futebol no Brasil era considerado esporte de elite, no qual apenas os homens brancos poderiam jogar. Foi somente no ano de 1930 que os primeiros negros começaram a participar – enquanto jogadores – de partidas de futebol. Nessa época, havia discursos que apresentavam as diferenças de jogar, bem como os sentidos do futebol para homens negros e homens brancos. As concepções à época explicitavam que os homens brancos seriam essencialmente superiores em suas capacidades cognitivas e que ao participarem dos jogos de futebol, faziam-no por lazer, fidalguia, noções de cavalheirismo e *fair play* (RODRIGUES FILHO, 1964). Ou seja, o futebol era compreendido como um espaço de construção de uma masculinidade intelectual e aristocrática.

Já os homens negros, por sua vez, eram compreendidos enquanto detentores de força física e agressividade naturais – atributos considerados herança do trabalho escravo no período colonial (OGLESBY, 1981) – que poderiam ser aplicadas nas práticas esportivas mediante pagamento. O futebol, para eles, era considerado um momento para o emprego adequado de sua força e agressividade, ou seja, a prática esportiva do futebol era o lócus para a construção e conformação de uma masculinidade agressiva, mas de forma controlada e servil (RODRIGUES FILHO, 1964).

O primeiro negro a ficar famoso e a se tornar um ídolo do futebol brasileiro foi Artur Friedenreich – filho de uma lavadeira negra e um imigrante alemão. Friedenreich, com seu gol, levou o Brasil à vitória contra o Uruguai na final de 1919. O jogador chegou a “ganhar” um choro em sua homenagem: *Uma Zero*, de Benedito Lacerda, Pixinguinha e Nelson Ângelo. Outro jogador brasileiro que se destacou nessa época foi Leônidas, o Diamante Negro. Ele se tornou o expoente das contradições de uma sociedade na época em que a aceitação do negro no futebol passava por rápidas e conturbadas mudanças.

Leônidas era um jogador que todos os clubes queriam em seu time, talvez à exceção do Fluminense, que mantinha sua política "antinegros" na equipe. Porém, ao mesmo tempo em que era desejado por todos os times por seu excepcional desempenho no futebol, Leônidas era perseguido por torcedores e jornalistas da época, em virtude de um roubo de um colar de contas. A culpa, é claro, recaiu sobre Leônidas, o negro. Sempre que o jogador entrava em campo para jogar, os torcedores da arquibancada começavam a perguntar para o jogador onde estava o colar, ao que Leônidas reagia com raiva (RODRIGUES FILHO, 1964).

As mulheres negras nos esportes brasileiros

Ainda que o conteúdo deste artigo seja diferente daquele que nos traz o jornalista Mário Rodrigues Filho, o título deste busca resgatar algumas observações etnográficas realizadas na cidade de São Paulo entre os anos de 2013 a 2016. As observações etnográficas aqui apresentadas foram realizadas no trabalho de campo que resultou na tese de doutorado (PISANI, 2018) intitulada: *"Sou feita de chuva, sol e barro": o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo*. A tese teve como objetivo compreender como os Marcadores Sociais da Diferença – descritos enquanto categorias analíticas de gênero, raça, sexualidade e classe – permeavam a prática futebolística de mulheres na cidade de São Paulo, orientando a construção de corpos e tornando possível a construção de redes diversas de afetividade entre elas.

Sabe-se que no Brasil, até meados da década de 1970, as mulheres não podiam participar de determinadas modalidades esportivas. No mesmo sentido, a primeira pesquisa brasileira sobre mulheres e futebol só surgiu ao final da década de 1990⁶. Contudo, fala-se da mulher enquanto categoria essencializada, ou seja, não se pensa no lugar da mulher negra dentro do ambiente esportivo especificamente. É preciso recorrer aos registros de

6 Ao realizar uma busca no Banco de Teses e Dissertações de Capes, encontra-se a primeira dissertação defendida no Brasil sobre a temática mulheres e prática futebolística, de autoria de Lucia da Costa Leite Rei e orientada por Sebastião Josué Votre. A pesquisa se intitula *Representações da mulher que joga futebol*, e foi publicada em 1997, na área temática de Educação Física.

algumas competições, para se ter uma ideia, mesmo que superficial, da trajetória de mulheres negras no esporte. Este artigo, em alguma medida, ocupa-se desta lacuna das produções das Ciências Sociais.

Ao descrever de quais maneiras a mulher negra se inseriu na sociedade brasileira a partir da década de 1950, Gonzalez estabelece o que ela chama de soma de opressões entre gênero, raça e classe:

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais alto nível de opressão [...] onde sofrem um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da "inferioridade" (GONZALEZ, 2016, p. 408).

Concretamente, no que tange a essa tripla opressão e discriminação, podemos averiguar nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que 60% das mulheres assassinadas no Brasil entre os anos de 2011 e 2012 eram negras; e que são as mulheres jovens, negras e pobres as que mais sofrem com a violência doméstica e familiar (BRANDÃO; COÊLHO, 2013). Da mesma forma, em dados mais atuais do Atlas da Violência do ano de 2019, das quase 5 mil mulheres assassinadas no Brasil no ano de 2017, mais de 66% delas se identificavam enquanto negras (BRASIL, 2019). O que demonstra um aumento na taxa de homicídio das mulheres negras. Ainda nesse sentido, do ano de 2007 ao ano de 2017, a taxa de homicídio – ou seria feminicídio? – de mulheres negras cresceu quase 30%, em contrapartida a taxa de homicídio das mulheres não negras cresceu menos de 5%.

No campo das práticas esportivas, é preciso recorrer aos registros de algumas competições, como os Jogos Olímpicos, por exemplo, para se ter uma ideia, mesmo que superficial, da trajetória de mulheres negras no esporte brasileiro. No ano de 1948, Melânia Luz⁷ foi a primeira mulher negra a representar o Brasil em um jogo olímpico. Praticante do salto em distância e da corrida, ela disputou as Olimpíadas de Londres daquele ano e bateu o

7 Cf.: JUSTIÇA DE SAIA. Melânia Luz: a primeira mulher negra na história a representar o Brasil em uma Olimpíada. *Justiça de Saia*, nov. 2016. Disponível em: <http://www.justicadesaia.com.br/melania-luz-a-primeira-mulher-negra-na-historia-a-representar-o-brasil-em-uma-olimpiada>. Acesso em: 24 nov. 2017.

recorde sul-americano no revezamento 4x100, ao lado de outras mulheres brasileiras. Doze anos depois, no ano de 1960, a paulistana Wanda dos Santos, segunda mulher negra brasileira a participar da competição, embarcava junto com a delegação brasileira para os Jogos Olímpicos de Roma, sendo a única mulher entre 81 atletas naquela delegação; ela disputou os 80 metros com barreiras. Quatro anos depois, no ano de 1964, Aida dos Santos⁸ conquistaria o 4º lugar no salto em altura nos Jogos Olímpicos de Tóquio (PESSOA, 2016).

Atualmente, Marta (futebol), Fabiana Claudino (vôlei), Fofão (vôlei), Érika Cristina de Souza (basquete), Karen Rocha (basquete), Maria Elizabeth Jorge (levantamento de peso), Daiane dos Santos (ginástica artística) e Rafaela Silva⁹ (judô) figuram como mulheres negras brasileiras que possuem destaque em suas modalidades esportivas.

A negra no futebol brasileiro: observações etnográficas de uma pesquisadora

A reportagem de outubro de 1983 da *Revista Placar* traz a reportagem intitulada *A bela... e as feras* na qual as categorias de raça, sexualidade e gênero aparecem articuladas em uma sucessão de imagens e textos que revelam racismo e sexismo. Está clara na linha editorial da revista que a "bela" do futebol é uma mulher branca – que aparece retratada em fotografias coloridas, trajando biquíni, sorrindo e segurando uma flor – e que as "feras" são as mulheres negras – fotografadas em retratos preto e branco, sérias e de cabelos curtos (MARTINS, 1983).

Esses dois tipos de futebolistas – "belas" e "feras" – são colocados em oposição pela narrativa jornalística. Enquanto as primeiras

8 Cf.: PESSOA, Thalita. Aida dos Santos, a mulher que o pódio não pôde suportar. *O Globo*, jan. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/rio-2016/aidados-santos-mulher-que-podio-nao-pode-suportar-18528315>. Acesso em: 24 nov. 2017.

9 MONIZ, Gustavo. Negra, pobre e Silva: o primeiro ouro da Rio 2016 é a cara do Brasil. *El País*, São Paulo, 12 ago. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/09/deportes/1470695638_790195.html. Acesso em: 24 nov. 2017.

trazem consigo todas as características necessárias ao padrão atribuído pela imprensa a uma boa futebolista [...] as outras são pensadas como demasiadamente violentas para estarem em campo (ALMEIDA, 2013, p. 108).

Outros elementos ainda nos levam a pensar sobre as relações étnico-raciais, bem como sobre a noção de etnicidade que se descortina a partir da reportagem supracitada. Ao descrever uma partida entre os times de futebol de mulheres da cidade do Rio de Janeiro, na qual o Radar venceu o Bangu por um a zero, o técnico Castor de Andrade e as jogadoras do Bangu agrediram física e verbalmente o juiz por conta de um pênalti não marcado a favor do seu time – o que supostamente faria com que a partida terminasse empatada, caso a cobrança do pênalti configurasse gol. Segue transcrito o trecho final da matéria:

Na semana passada, Castor e suas perigosas meninas receberam uma suspensão preventiva por 30 dias. Quem acha que foi pouco pode esperar pelo novo julgamento, marcado para esta terça-feira, dia 25. Mas sem muitas esperanças. "Futebol é paixão", filosofa o eterno presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Otávio Pinto Guimarães. "E paixão é assim mesmo". Se isso pode prenunciar alguma absolvição, resta torcer para que, no futuro, o futebol feminino tenha muitas belas, inspiradas na atraente estrela do Inter – e que as **feras voltem às jaulas** (MARTINS, 1983, grifo nosso).

No ano de 2012, ou seja, 29 anos depois, o mesmo discurso se repetiria com a então judoca negra Rafaela Silva. Nos Jogos Olímpicos de Londres 2012, Rafaela Silva era esperança de medalha para o Brasil, contudo, quando foi eliminada da competição, sofreu uma série de comentários racistas na rede social Twitter: "esse macaco deveria estar nas jaulas"^{10,11} (O GLOBO, 2016).

10 Frase retirada de mensagens enviadas para Rafaela Silve via Twitter, rede social que permite a troca de mensagens – de maneira pública – entre seus usuários.

11 O GLOBO. Em 2012, Rafaela Silva foi vítima de racismo após desclassificação. *O Globo*, ago. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/em-2012-rafaela-silva-foi-vitima-de-racismo-apos-desclassificacao-19877192>. Acesso em: 25 nov. 2017

Após perceber como as mulheres esportistas são (re)tratadas nas redes sociais e nos meios de comunicação, cabe aqui a descrição de uma cena etnográfica compartilhada entre pesquisadora e jogadoras de futebol da cidade de São Paulo. A jogadora Dani possuía um jeito muito despojado e diferente das outras atletas do time. Enquanto ela possui os cabelos curtos e trançados, bem como usava roupas largas e folgadas, as demais performativavam uma identidade mais "feminina". Segundo Dani, "roupas masculinas e confortáveis, são melhores para preservar os meus movimentos".

Naquela tarde, o jogo aconteceu em um estádio com um gramaço em ótimo estado de conservação e com arquibancadas para alocar a presença de possíveis torcedores e torcedoras. Como era de se esperar, as arquibancadas estavam parcialmente ocupadas, algo em torno de 30 espectadores. Para minha surpresa, além dos poucos familiares, amigos e amigas das jogadoras, vi alguns homens mais velhos com latinhas de cerveja nas mãos. Achei muito interessante a presença deles por ali e sondei rapidamente as atletas, pois elas pareciam bastante animadas com a possibilidade de que outras pessoas estivessem interessadas na partida.

Assim que as jogadoras entraram em campo, os homens da arquibancada levantaram-se e aproximaram-se da grade que separava o campo da área de torcida. Compreendi que assistiriam ao jogo daquele espaço. O grupo de homens, visivelmente inflamados, aproximaram-se o máximo que podiam do campo de futebol e toda vez que Dani passava perto gritavam: "Isso daí não é mulher! Nem peito essa porra tem!"; "Olha o cabelo desse macho! Raspa o pelo desse macaco!". Por um momento, eu parei meu trabalho de observação, abaixei minha câmera e olhei, em um misto de choque e repulsa, para aqueles homens. Não sei como, mas Dani conseguiu manter a calma e a frieza diante da situação. Certamente ela já ouvira de tudo dentro do campo, mas – aparentemente – não se deixou afetar por nenhum dos comentários, nem ao menos deu a entender que os havia escutado. A equipe ficou em segundo lugar naquela final, perdeu por 2x1, o único gol marcado por Dani. Nunca tive coragem de perguntar, depois do jogo, como ela havia se sentido naquele momento.

Algumas (breves) reflexões teóricas

A historiadora Ane McClintock, ao estudar as mulheres negras no contexto colonial, nos aponta outra maneira de classificar a mulher negra: a besta. A bestialização dos corpos negros entra como uma possibilidade de análise¹². As mulheres negras ao transgredirem as fronteiras “entre o público e o privado, entre o trabalho e o lazer, entre o trabalho pago e o não pago, tornavam-se cada vez mais estigmatizadas como espécimes de regressão racial” (MCCLINTOCK, 2010, p. 75). Essas “transgressoras” deixavam então de habitar a história propriamente dita e eram percebidas como projetos incompletos de seres humanos e/ou como animais. Muitas foram taxadas de infantis, irracionais, regressivas e atávicas, existindo assim em um anacronismo permanente.

Ao longo da etnografia pudemos perceber ainda que as relações étnico-raciais entre as jogadoras etnografadas, às vezes, tinham um tom de jocosidade. Chamavam-se mutuamente de negrinhas; faziam piadas com os cabelos crespos, chamando-os de cabelo ruim; por vezes, o tom era sério e duro quando teciam comentários racistas dizendo “não se pode confiar em negro para fazer nenhum tipo de trabalho sério”. Sempre permaneci em silêncio durante esses momentos. Certa vez, uma jogadora afirmou para mim que possuía o cabelo ruim, apenas me limitei a dizer que cabelo crespo é lindo, que o meu era crespo e eu adorava. Ela riu e negou veementemente dizendo: “você fala assim porque o seu cabelo é crespo, mas é bom”. Ao meu cabelo crespo somavam-se outras características como, por exemplo, pele branca, olhos verdes, cabelos claros. Todas as atletas da equipe de Dani

12 A bestialização do corpo da mulher negra remonta a outras épocas. O filme *Vênus Noire*, ambientado em meados do século XIX conta a trajetória de Saartjie Baartman, uma mulher sul-africana da etnia hotentote – mundialmente conhecida pelas medidas “desproporcionais” de suas mulheres. No filme, Saartjie deixa seu país com a promessa feita por Hendrick Cezar, irmão do seu patrão, de que na Inglaterra ela conseguiria emprego em um circo e isso lhe renderia muito dinheiro. Entre os anos 1810 e 1814, Saartjie viajou, sob a tutela e cuidados de Cezar, por todo território inglês exibindo seu corpo. Aos mais curiosos era oferecida, por uma pequena quantia em dinheiro, a oportunidade de passar a mão em seu corpo. No ano de 1814, Saartjie é vendida a um domador de animais francês e passa a viver em condições sub-humanas: encontrava-se sempre presa a coleiras e era constantemente enjaulada. Infelizmente, no ano de 1815, Saartjie falece em decorrência a uma infecção.

– com exceção dela – possuíam cabelos alisados e, além disso, tomavam muito cuidado antes de entrar em campo: passavam protetores solares fator 50 para não ficarem com a pele ainda mais escura.

Algumas conclusões

Na década de 1980, encontramos em uma revista de circulação nacional, sem o menor pudor, matérias esportivas que incitam ou ao menos lembram a prática humilhante de submeter mulheres negras, jogadoras de futebol, a um tratamento destinado aos animais. Pouco mudou, entre os anos de 2013 e 2017, veja-se o tratamento ofensivo recebido pela jogadora Dani.

Assim como Dani, muitas das mulheres negras da etnografia continuam enfrentando uma série de violências cotidianas sobre seus corpos. Mesmo na relação entre elas, é possível ver como a violência atravessa seus corpos e a necessidade de “apagar” ou mesmo diminuir características que remontem ao fenótipo negro, por exemplo, o formato dos cabelos e a cor mais escura da pele. Acredito que esse comportamento é fruto das violências vivenciadas no cotidiano e, logo, reproduzidas em suas relações pessoais.

Pode-se afirmar, portanto, que durante a etnografia no contexto esportivo, as mulheres negras são geralmente identificadas na chave da bestialização: feras, perigosas, macacas, que deveriam estar em jaulas. Assim como as mulheres negras observadas por McClintock (2010) no período colonial, as jogadoras negras são rebaixadas ao protótipo humano anacrônico da infantilidade – “perigosas meninas” –, bem como têm seus corpos bestializados a partir de múltiplos discursos – “e que as feras voltem às jaulas”; “raspa o pelo desse macaco”. A exotização e a bestialização do corpo da mulher negra são práticas recorrentes na cultura ocidental, como pudemos ver no presente artigo.

Referências

ALMEIDA, Carolina Soares de. *Boas de bola: um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980*. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106921?show=full>. Acesso em: 2 set. 2017.

BRANDÃO, Gorette; COELHO, Marília. Negras são vítimas de mais de 60% dos assassinatos de mulheres no país. *Senado Notícias*, nov. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/21/negras-sao-as-vitimas-de-mais-de-60-dos-assassinatos-de-mulheres-no-pais>. Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da Violência 2019*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/12/atlas-2019>. Acesso em: 1 mar. 2021.

FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 350 p.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RODRIGUES, C.; BORGES, L.; RAMOS, T. R. O. (Eds.). *Problemas de Gênero*. 1. ed. Rio de Janeiro: Funarte, 2016. p. 399-416.

MARTINS, Lemyr. A Bela... e as Feras. *Revista Placar*, p. 48-50, out. 1983. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=wUk27LXg1jEC&printsec=frontcover&vq=As+belas+e+as+feras&hl=pt-BR#v=onepage&q=As%20belas%20e%20as%20feras&f=false>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MONIZ, Gustavo. Negra, pobre e Silva: o primeiro ouro da Rio 2016 é a cara do Brasil. *El País*, São Paulo, 12 ago. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/09/deportes/1470695638_790195.html. Acesso em: 24 nov. 2017.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO – PENESB, 3., 2003, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro, 5 nov. 2003.

NOGUEIRA, Juliana Keller; FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. Conceitos de gênero, etnia e raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 2008, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: https://nt5.net.br/publicacoes/Nogueira-Felipe-Teruya_01.pdf. Acesso em: 24 nov. 2017.

OGLESBY, Carole A. Myths and realities of black women in sport. In: GREEN, Tina Sloan *et al.* (Eds.). *Black Women in Sport*. Reston: Aahperd Publications, 1981. p. 1-18.

O GLOBO. Em 2012, Rafaela Silva foi vítima de racismo após desclassificação. *O Globo*, ago. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/em-2012-rafaela-silva-foi-vitima-de-racismo-apos-desclassificacao-19877192>. Acesso em: 25 nov. 2017.

PESSOA, Thalita. Aida dos Santos, a mulher que o pódio não pôde suportar. *O Globo*, jan. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/rio-2016/aidados-santos-mulher-que-podio-nao-pode-suportar-18528315>. Acesso em: 24 nov. 2017.

PISANI, Mariane da Silva. *Poderosas do Foz*: trajetórias, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.

PISANI, Mariane da Silva. *“Sou feita de chuva, sol e barro”*: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – USP, São Paulo, 2018.

RODRIGUES FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1964.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero, assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 20, p. 101-119, 1991.